

---

# JORNALISMO DE TELEVISÃO: INSTRUMENTO DE CIDADANIA

João Somma Neto\*

**RESUMO:** Este artigo aborda o jornalismo e, em especial o telejornalismo no Brasil, como prática profissional de cunho social que se relaciona de forma direta com o exercício da cidadania. Princípios constitucionais básicos colocam a informação no patamar dos direitos individuais e coletivos, tanto que na constituição brasileira, a informação é estabelecida como um direito fundamental garantido aos cidadãos. Neste sentido, o direito de ser informado é essencial para as pessoas exercerem sua condição de cidadãos, efetivando direitos e deveres calcados no acesso, na busca, e na transmissão de informações relevantes para a vida social, numa sociedade complexa e transformada por avanços científicos e graves contratempos de ordem pública. O acesso à informação, de maneira mais ampla, a aquisição de conhecimento sobre tudo o que envolve os cidadãos, sua vida individual e em comunidade, passa a depender diretamente de como se desenvolve o trabalho jornalístico na televisão, um dos principais veículos de comunicação no mundo globalizado. O trabalho jornalístico de televisão, suas características e envolvimento, suas técnicas e sua prática são aqui analisados mediante reflexão baseada em conceitos e estudos desenvolvidos na atualidade.

---

## Índice

1 Telejornalismo . . . . .	2
Referências Bibliográficas . . . . .	7

NA constituição brasileira, a informação é estabelecida como um direito fundamental garantido ao cidadão. Neste sentido, não se pode restringir a ninguém as possibilidades de informar, ou buscar informações, bem como de ser devidamente informado.

O direito de ser informado é essencial para o homem exercer sua condição de cidadão, efetivando a consciência e ações plenas de cidadania, numa sociedade complexa e transformada por avanços científicos e graves contratempos de ordem pública. E o exercício do jornalismo em seu aspecto de profissão liga-se visceralmente ao desígnio constitucional, uma vez que ao longo da história se constitui como importante instrumento de

acesso às informações para parcelas crescentes da população.

Diante disso, a relação existente entre o jornalismo, e mais especificamente o telejornalismo e as condições de formação e de exercício da cidadania na contemporaneidade, parece se estreitar cada vez mais.

O acesso à informação, de maneira mais ampla, a aquisição de conhecimento sobre tudo o que envolve os cidadãos, sua vida individual e em comunidade, passa a depender diretamente de como se desenvolve o trabalho jornalístico na televisão, um dos principais veículos de comunicação no mundo globalizado.

As técnicas de produção jornalística se desenvolvem e aprimoram a partir da revolução industrial, resultando numa atividade profissional primeiramente voltada ao cotidiano de uma sociedade urbana industrializada. Assim ocorre também no

---

\*Mestre e Doutor na área de concentração em Jornalismo pela Universidade de São Paulo, Professor Associado do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná, Pesquisador e Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPR. Email: jsomma@ufpr.br

Brasil, repetindo de certa forma o modo de produção registrado em escala mundial.

Pode-se considerar, portanto, que os relatos jornalísticos se produzem num ambiente social onde o volume de acontecimentos é cada vez maior e contínuo, num fenômeno integrante do processo de globalização da economia, da política e da cultura.

Tornou-se visão mais ou menos consensual que a realidade a ser retratada e transmitida, por meio da prática jornalística, admite várias abordagens; diversos pontos de vista; muitos tipos de discursos; uma infinidade de causas e conseqüências; repercussões as mais variadas; e uma diversidade enorme de conotações. Dentro dessa concepção verifica-se que a realidade social não constitui um dado (ou dados, ou informações) definitivo, pois é emergência complexa e contínua sob quase todos os aspectos imagináveis.

No entanto, o jornalismo conforme o modelo atual adotado procura fazer uma reapropriação do real englobando os fatos em si, sua representação simbólica, os conteúdos informativos e as formas de compreensão, ou apreensão, da realidade pelo público.

É diante deste quadro que o jornalista é colocado em sua condição profissional. Mas não se pode perder de vista que há uma distância enorme entre a vontade de revelar os fatos tais como se apresentam e a realidade do jornalismo. Isto, em geral, coloca o jornalista numa posição desconfortável. Exige-se dele que faça um relato *objetivo* e o mais exato possível da realidade. Supõe-se que o profissional conhece muito bem a realidade que deve relatar, embora muitas vezes não se forneçam as condições necessárias a esse conhecimento, além do que sua atuação a deforma, voluntariamente, ou não.

Como resultado mais ou menos imediato, o profissional é acusado com freqüência de traição aos fatos, complacência e até de desonestidade. E quando se pretende entender com mais propriedade o Jornalismo, a reflexão séria deve então indagar, antes de tudo, que realidade é essa que o jornalismo é encarregado de relatar? O que constitui, efetivamente, esse entrelaçamento indefinido de fatos e idéias?

O modelo da prática jornalística, tradicionalmente adotado, nos habitua a realizar opções, com vários pontos em comum, de tal modo que chega parecer estranho analisar o problema da relação do jornalismo com o real.

Assim, verifica-se que as técnicas de produção impostas pelo modelo e aceitas no dia-a-dia

da prática jornalística, não constituem, evidentemente, um sistema satisfatório e irrefutável balizador dessa práxis, apesar de legitimado. Qualquer seleção feita pelo profissional, ou mesmo pelo veículo em que trabalha, é resultado de uma opção realizada a priori. A transmissão dos fatos e acontecimentos deixa, então, de se referir essencialmente a eles, para também refletir os critérios que nortearam as opções feitas.

A própria seleção, necessária, resulta em desconsiderar fatos e até conjuntos de fatos. A partir do momento em que o profissional é obrigado a optar as omissões são inevitáveis. A imprescindível seleção, por si só, mutila e deforma a realidade em sua essência. Além disso, habitualmente os critérios de produção jornalística na atualidade fazem com que sejam negligenciados, de maneira voluntária ou não, acontecimentos, informações e dados significativos. Isto também não se deve a uma fatalidade, nas se fundamenta, sobretudo, em razões históricas, sociais, políticas e econômicas.

Em sua prática cotidiana, o jornalismo tenta se aproximar do real, e realizar uma retomada dele, mas isto só pode ser realizado quando se conhecem as opções iniciais, e os diversos critérios, métodos e condições em que o jornalismo se produz.

Um dos instrumentos seletivos é o crivo cultural. Em sua origem o jornalismo se liga com as tradições, à escrita e à posse dos meios de reprodução simbólica do real. Escrever e ler, durante muito tempo, foi privilégio único das classes dominantes. Os relatos dos acontecimentos, por conseqüência, ficaram restritos àquilo que esses grupos consideravam como essencial.

Na contemporaneidade, porém, o jornalismo deixa de ser circunscrito à capacidade de escrita e leitura e se expande à capacidade de apreensão e acesso à imagem, bem como à associação da imagem com outros elementos de significação, principalmente com a televisão se constituindo em instrumento básico de informação para um grande número de pessoas no Brasil.

## 1 Telejornalismo

Em seus mais de 50 anos, a televisão brasileira se transformou num dos principais instrumentos de informação e de formação para um enorme contingente populacional. Assim, acaba até hoje representando um importante papel na garantia do direito de livre acesso às informações o qual deve sustentar o exercício pleno da cidadania para uma cada vez maior número de pessoas.

Ao mesmo tempo, a insatisfação mais ampla

com os conteúdos dos programas de televisão tem sido manifestada de diversas formas por segmentos representativos da sociedade em nosso país. A TV com frequência é acusada de veicular programas que se pautam pela extrema falta de cuidado ao retratar cenas violentas e/ou grotescas, as quais em nada contribuiriam para elevar o nível de informação, nem mesmo para a formação educacional das pessoas. E é este o problema central da forma como a televisão de sinal aberto elabora e veicula suas produções podendo influenciar diretamente milhões de telespectadores.

Para entender melhor a TV é preciso estabelecer uma reflexão sobre "como o receptor da *informação* (grifo meu) e do entretenimento gerados pelos canais de TV, insatisfeito com os programas oferecidos, poderá se colocar diante do desafio de aprender a lidar crítica e ativamente com o veículo que tem invadido corações e mentes". (Bezerra, 1999: 18).

Não é difícil constatar que o receptor dos conteúdos televisivos muitas vezes não tem preparo para entender como funciona o processo produtivo na televisão, produção esta que tem na atualidade todas as características do fenômeno mundial da globalização sentido com mais vigor nas áreas da economia e da política, e marcado profundamente pelo avanço tecnológico.

A atuação da TV pode ter a princípio uma finalidade social, e qualquer desvio desse rumo seria encarado como um expressivo problema de caráter público. Embasando esta visão está o fato de a exploração dos serviços de telecomunicações ser possível apenas por meio de uma concessão do Estado, portanto uma atividade que mistura serviço público com empreendimento privado.

Estudos os mais diversos têm apontado a TV como veículo que apresenta um potencial educador, ou melhor, de formação do indivíduo e de efetivação de condições para que este possa exercer plenamente seus direitos e deveres de cidadão.

Bezerra destaca que depois de passar algumas horas assistindo a programas de televisão ninguém jamais será o mesmo, considerando que para milhões de pessoas as primeiras e as últimas imagens do dia são produzidas pela TV. Neste caso, é importante destacar o agendamento feito pela TV dos principais temas que se situam no cotidiano coletivo, através das informações canalizadas pelos programas noticiosos. Mesmo aqui, o autor aponta a existência de muita maquiagem e pouca realidade, afirmando um distanciamento que impede a existência de uma verdadeira identificação entre os pólos de emissão e recepção da mensagem.

É necessário enfatizar que os critérios da produção televisiva nacional devem se pautar em pressupostos legais e jurídicos, entre outros, os quais determinam o papel a ser cumprido pela TV em conformidade com a Constituição Federal que estabelece "[...] preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas". Ocorre que não há unanimidade quanto a esses conceitos balizadores da função social que a TV deveria cumprir.

Outro aspecto interessante quando se discute a produção televisiva é a centralização do debate no eixo formado por três componentes interligadas: audiência, violência e sexo, partindo da idéia segundo a qual a busca de elevados índices de audiência faz com que a TV comercial canalize sua produção exacerbando conteúdos violentos e de apelo sexual. E para dar mais peso às idéias normalmente se ilustra com estatísticas norte-americanas feitas para discutir questões semelhantes nos Estados Unidos, apesar de existirem estudos voltados à nossa realidade.

Além disso, existe o problema relativo ao controle político da mídia e sua utilização em função de interesses de grupos. Levantamentos acadêmicos ou promovidos por entidades voltadas à pesquisa da mídia têm mostrado quem são os proprietários individuais, ou representativos de conglomerados de empresas de comunicação, e indicados os vínculos políticos mantidos, bem como o funcionamento do sistema de concessões ao longo das últimas décadas no País. Uma característica realçada é o acúmulo de meios de comunicação como propriedade de um mesmo grupo político ou família, isto se verifica em vários países da América Latina, entre os quais a Argentina, Colômbia, México, e Venezuela, e Brasil.

Na situação do Brasil, as grandes redes de TV e emissoras regionais são controladas por poucas famílias, como ocorre com os Marinho, Saad, Sirotsky, Magalhães, Collor, Abravanel, etc.

As emissoras comerciais de televisão, apesar de serem constituídas e estruturadas de forma empresarial, apresentam uma natureza aproximada com o serviço público mediante a concessão dada pelo estado à iniciativa privada. Esse sistema, da maneira como funciona na atualidade, ainda permite a concentração da propriedade dos meios eletrônicos de comunicação de massa. E os grandes empresários da comunicação tratam também a informação um produto de comercialização e não um bem público capaz de transformar uma sociedade. A informação só é defendida, no meio empresarial, como bem público quando certos interesses são ameaçados, e aí se utiliza o velho e co-

nhecido argumento de que determinadas ações, ou propostas, atentam contra a liberdade de imprensa. Mas nesta mesma sociedade, os indivíduos têm sempre assegurada a sua *liberdade* de consumir o que as grades de programação televisiva oferecem, de melhor e também de pior qualidade.

A forma e o conteúdo dos programas televisivos resultam também do sistema de propriedade do meio de comunicação. Os esquemas representativos de nossa identidade e cidadania se configuram a partir da concepção segundo a qual a TV exerce influência sobre o comportamento das pessoas.

São conhecidos exemplos tanto da má, como de boa utilização da televisão. No primeiro caso, referendados por conceitos de Muniz Sodré, destacam a inexistência de critérios que considerem a questão da identidade e da cidadania na composição dos modelos sociais apresentados nos programas levados ao ar. E no segundo caso, mostram como a TV pode funcionar ampliando os conhecimentos do cidadão sobre si mesmo e sobre o mundo, "respeitando a cultura, a história e as tradições de um povo" (Bezerra, 1999:104). Este seria um procedimento de produção vitorioso, já consagrado até certo ponto nas chamadas TVs comunitárias, em programas específicos produzidos por órgãos governamentais, ou mesmo em canais especiais de TV a cabo, como acontece na TV Câmara e TV Senado.

Diversos estudiosos defendem a educação como novo paradigma para a produção televisiva, propondo inclusive a introdução de matérias específicas para o estudo da mídia eletrônica nas grades curriculares do ensino fundamental e médio. Ao mesmo tempo indicam padrões de atitudes para os pais com relação às crianças, considerando a situação em que a TV passa a ser opção única de lazer, entretenimento e informação.

Esses são, sem dúvida, alguns dos pontos cruciais que afetam sobremaneira o público que assiste aos programas de TV e, de uma maneira ou de outra, levantam problemas advindos de uma programação onde muitas vezes o critério prevalente de produção é ainda a garantia de uma grande audiência.

Isto vale também para o telejornalismo praticado hoje e nos move no sentido de procurar compreender cada vez mais com maior profundidade a estrutura de funcionamento da televisão e o modelo vigente de produção jornalística nesse tipo de mídia. A importância se intensifica quando se leva em conta que a televisão tem contribuído sobremaneira na construção da história do país. A importância não reside apenas naquilo que mostra,

mas como os fatos aparecem, por meio de técnicas específicas de disposição do tempo, vocabulário, gestualidade e todos os sinais que caracterizam a utilização de vários sentidos para apreensão das mensagens.

A própria forma de conduzir o processo de veiculação da notícia ao vivo, ou gravada, pode interferir na constituição do fato. A presença do repórter, de outros integrantes da equipe, e do aparato técnico característico da TV, junto com a redução dos quadros de percepção oferecidos ao espectador e com o formato determinado da reportagem são elementos construtores da realidade repassada *instantaneamente*.

Contudo, a informação como resultante do próprio processo produtivo, onde atuam todos esses fatores, não é sequer sugerida ao consumidor da notícia. Ao mesmo tempo em que há um avanço tecnológico culminando na dinamização da informação televisiva, este mesmo processo tende a superficializar os conteúdos na produção da notícia, também devido ao tempo escasso para apuração da informação nos telejornais.

O telejornalismo nas emissoras comerciais, desde então, tem desempenhado papel fundamental na produção e divulgação de informações em nosso país.

O modelo adotado para a produção telejornalística aponta para uma cópia do que sempre se fez nas televisões norte-americanas e se baseia na fragmentação da informação, com matérias curtas e edição rápida de imagens como forma de segurar a audiência, funcionando junto com diversos outros artifícios.

Esse modelo continua atual, e obedece à lógica de produção capitalista. Parece óbvio que ao importarmos os aparelhos receptores e o modo de fazer TV dos Estados Unidos, trouxemos junto condições de reforço para aquela ideologia. Passamos por consequência, a considerar aquele como o melhor modelo de se fazer televisão existente.

Uma breve retrospectiva dos meios de comunicação no país pode ajudar a compreender melhor este quadro.

Nas décadas de 1920 e 1930, o rádio já provocava espanto nos ouvintes que mal podiam acreditar na possibilidade de receber mensagens de qualquer parte do mundo por meio das ondas sonoras. A maior parte da população brasileira morava no campo e as inovações tecnológicas, ainda eram mal compreendidas, muitas vezes tinham um caráter mágico e deslumbrante. Vinte anos depois a surpresa foi ainda maior.

Áudio e vídeo na sala de casa transformaram

o aparelho de TV num fantástico instrumento de informação, lazer e entretenimento, não necessariamente nesta ordem. Com uma programação cada vez mais variada, a TV foi ditando moda, impondo valores, conceitos, defendendo determinadas idéias e combatendo outras. Enfim, passou a atuar na construção simbólica da realidade própria da sociedade brasileira.

Hoje cerca de 170 milhões de brasileiros convivem cotidianamente com a TV. Com o surgimento do vídeo tape, as transmissões ao vivo praticamente deixaram de existir para ressurgir uma década depois, como indicador de credibilidade jornalística. (Hoinéff, 1991:74)

Agora, mesmo os noticiários de televisão que poderiam ser gravados, são produzidos e transmitidos ao vivo. Os pequenos erros dos apresentadores e da operação ao invés de serem vistos como algo negativo, acabam funcionando como comprovação de que a matéria está sendo feita em tempo real.

O ritmo e as características próprias do noticiário na TV se fundamentam em visões nem sempre confiáveis. Dessa forma, este *timing* influencia também a linguagem do telejornal que, segundo a visão corrente da maioria dos profissionais da área, deve ser simples, direta, objetiva para que o telespectador possa entender a informação de uma única vez, pois ao contrário não terá uma segunda chance para poder analisar a matéria.

A estrutura interna das notícias apresentadas nos telejornais seria organizada de maneira a fornecer ao telespectador a sensação de ter visto tudo e saber o que acontece de importante em todos os principais lugares.

O avanço da tecnologia torna o veículo mais ágil. Com isso, a TV pode estar presente em qualquer hora e lugar. A rede mundial de computadores também contribui, distribuindo imagens e sons a uma velocidade impressionante. Esta tendência afeta não só a televisão brasileira, mas também emissoras internacionais, como é o caso da já famosa CNN – Cable News Network.

Podem ser feitas inúmeras ressalvas a essa emissora, sua linha editorial, as pautas transformadas em matérias, mas a notícia em tempo real é levada rapidamente ao telespectador e promove um verdadeiro *espetáculo*.

A impressão de uma realidade construída assim pela TV é mostrada com imagens desde a Guerra do Golfo, passando pelos atentados de 11 de setembro e pela invasão do Iraque, pela copa mundial de futebol na Alemanha, sem falar nos conflitos do oriente médio e com a invasão de Israel no Líbano, pelos tumultos na Síria, pelos pro-

blemas econômicos e políticos na Europa enfatizados na difícil situação da Grécia e da Espanha, somente para ficarmos em alguns exemplos.

Com todo o seu poder, a televisão tem atuado tanto na transmissão das maiores tragédias, como em momentos cômicos da vida globalizada. Seja pelas imagens mostradas ao vivo, ou previamente gravadas e editadas, a TV comanda o espetáculo. Neste sentido, a teatralização tanto na matéria ao vivo como na notícia gravada faz parte da televisão.

O telejornalismo adquiriu esta linguagem como uma forma de tentar uma aproximação maior com o telespectador. Fazem parte dos procedimentos produtivos do jornalismo na televisão, o ensaio preliminar na montagem da matéria, com marcações definidas com antecedência, assim como a participação do repórter nos fatos, às vezes até na condição de protagonista, o uso de luzes e de trilhas sonoras, a simulação de ocorrências com atores e mesmo o emprego de recursos de alta tecnologia de informática e computação gráfica.

De alguma forma, então, a realidade mostrada na TV sempre será uma representação, do real. Ao pensar a televisão, Ciro Marcondes Filho leva em conta que as pessoas têm uma tendência de não gostar de certas imagens e informações que possam de algum modo distorcer a realidade vivida por elas. E aquilo de que o telespectador tem necessidade é apresentado quase sempre de forma superficial, em consequência o telespectador não se informa seriamente de nada; só tem a impressão de ficar bem informado.

A representação se dá também pelo aspecto de que raramente o repórter entra sem uma devida preparação em termos de elaboração do conteúdo da notícia. A partir deste momento, a notícia não corresponde mais à realidade, mas sim à sua representação, ou em muitos casos à sua reconstrução. É o que acontece todos os dias em qualquer lugar onde estiver uma equipe de reportagem gravando ou ensaiando para uma entrada ao vivo, o conhecido stand-up.

Embora a primeira preocupação do telejornalismo deva ser sempre com a qualidade da informação, como lembra Olga Curado, a maneira como serão divulgados os fatos obedece a limitações da técnica empregada na produção.

É natural que em situações de atropelos sejam cometidos erros, porém a informação tem que ser apurada com responsabilidade social e segurança em qualquer situação. Mesmo assim, o profissional está sujeito a atuar reelaborando a realidade que se pretende seja transmitida ao público.

Em relação à construção, e mesmo à reconstrução da realidade nas matérias e reportagens, é cada vez maior o número de profissionais que admitem a não existência do telejornalismo sem interferência na realidade. Mesmo nas transmissões ao vivo, a equipe de TV interfere e interage com o ambiente e as pessoas, provocando alterações óbvias no desenrolar dos acontecimentos.

No trabalho ao vivo, no entanto, pode existir menos controle sobre a *construção da realidade*, uma vez que o repórter não domina todos os elementos envolvidos na transmissão, e sempre haverá o imponderável.

Dentro do âmbito teórico, também há polêmicas, quanto a esse aspecto. Para Curado, uma realidade do ponto de vista do jornalismo é relatada e não construída. A seu ver é a ficção quem constrói realidades e não o jornalismo.

Mas, admitindo-se o contraditório, deve-se considerar que tanto a linguagem, como a realidade do acontecimento se constroem em função das circunstâncias e das possibilidades do fato, assim como de acordo com os recursos disponíveis para sua apreensão e difusão.

As transmissões ao vivo no telejornalismo podem tender a reforçar a realidade, mostrar seus aspectos mais enfáticos, do que no caso da produção de material gravado previamente. Entretanto, isto não quer dizer que na transmissão ao vivo o fato se torne mais real, veraz ou verdadeiro. Em qualquer caso, o repórter está construindo a realidade e um para tanto utiliza discurso formatado mediante o uso de elementos verbais, não verbais e imagéticos.

No momento em que a câmera aponta em determinada direção está sendo escolhido um determinado olhar, definido um certo ângulo de abordagem, mostra o que está acontecendo em detrimento de outra cena. Com isso se faz, obviamente, um recorte da realidade, mesmo que esta realidade se apresente de modo contínuo. A partir do momento em que se registram os acontecimentos, eles constituem a realidade, na conformação dos fatos tudo está ocorrendo simultaneamente, e não há como separar os componentes da realidade. Aquilo que termina aparecendo na tela da televisão a câmera já recortou, ou seja, já é um recorte da realidade utilizado na *reconstrução* do real transformado agora em reportagem de TV.

A questão ética também se impõe na produção do jornalismo televisivo, quando se atenta para a intencionalidade presente, ou ausente nesse processo. Conforme a intenção da empresa, dos profissionais, de anunciantes, ou de grupos de pres-

são, a realidade pode ser construída de modo similar ou antagônico àquilo que verdadeiramente aconteceu.

Mas não é só no momento da captação de imagens, ou da produção da reportagem que a realidade pode ser manipulada, intencionalmente, ou não. O formato dos telejornais, sua linguagem e estruturação também contribuem para determinar a maneira como a própria televisão apresenta uma realidade parcial e reconstruída.

Ciro Marcondes Filho destaca que o telejornalismo utiliza um processo de fragmentação nos noticiários. As informações fragmentadas e transmitidas em *pedaços* promovem uma exposição falsa da realidade, tendo em vista que o recorte fornecido ao público resulta em uma sonegação de informações importantes para a compreensão da ocorrência.

Além desta fragmentação das informações acerca dos fatos, quando de sua transformação em notícia, o telejornal altera ainda com mais profundidade a realidade dos acontecimentos por meio de recursos técnicos e ideológicos, complementa Marcondes.

Isso pode interferir, com mais ou menos força, naquilo que a TV mostra nos seus programas jornalísticos, pois também inclui a forma adotada para se fazer o jornalismo de televisão. O conhecimento do senso comum não consegue resultar numa compreensão mais ampla sobre o processo produtivo, apenas quem participa dele é que estabelece as relações necessárias para seu entendimento integral.

Percebe-se que por mais que se realizem estudos criteriosos sobre o jornalismo praticado na televisão, a compreensão de como a realidade é construída e reconstruída a todo o momento é cada vez mais complexa. É complicado estabelecer com clareza de que maneira se representam os fatos, os acontecimentos, as situações e a contextualização das ações. Esse trabalho profissional no telejornalismo envolve uma série de procedimentos técnicos balizados na prática consagrada e também em motivações ideológicas.

Empregando técnicas sofisticadas, aparatos tecnológicos ultramodernos, profissionais altamente qualificados e preparados, o telejornalismo parece dispor de todas as condições materiais para efetivamente constituir-se num instrumento de extrema utilidade no plano social e comunitário, contribuindo decisivamente para a formação da cidadania contemporânea em nosso país. Contraditoriamente, porém, nota-se que, salvo em algumas situações particulares, continua se mostrando como uma prática pautada pela superficialidade, e que

prioriza o emocionalismo fácil e a espetacularização da notícia, em busca de crescentes índices de audiência.

O trabalho jornalístico na televisão em sua busca pela perfeição técnica conta com recursos cada vez mais eficazes, mas esbarra com frequência na desumanização presente em muitas abordagens, e nos egos inflados de alguns profissionais consagrados no meio. Esses fatores atuam, sem dúvida, para a fragmentação de conteúdos e para a desvinculação dos significados do contexto em que os fatos ocorrem. Junto com isso existe o problema da instantaneidade, relacionada com a pressa com que se produzem os materiais jornalísticos que devem ser colocados no ar.

O profissional do telejornalismo trabalha com *deadline* cada vez mais apertados em função de cobranças por rapidez, agilidade e da preocupação em não levar furo (quando os concorrentes levam o assunto ao público antes). Em consequência, as notícias, informações, opiniões, ou o que mais seja preciso transmitir, acabam tendo também maior superficialidade.

Mesmo quando o material produzido não vai ao ar ao vivo, tudo é elaborado seguindo aquilo que Marcondes Filho define como a lógica da velocidade. As reportagens e matérias gravadas têm a possibilidade de apresentar maior grau de perfeição, e até certo ponto também representam maior comodidade para o jornalista que as produz, e os erros podem ser corrigidos, mas em contrapartida podem ao mesmo tempo ser mais manipuladas, uma vez que passam pela etapa da edição.

Pedro Maciel, no livro *Jornalismo de televisão*, anteviu a tendência atual de a televisão cada vez mais disputar com o rádio a instantaneidade maior da informação, e nesse processo tanto as entradas ao vivo quanto os plantões estão se tornando cada vez mais frequentes dentro da programação normal das emissoras de TV.

Na percepção individual, a imediatismo do real, a instantaneidade, o fato no momento da ocorrência reforça a idéia do mundo enquanto fenômeno, e é o ponto de partida. Já no jornalismo acontece o contrário, a imediatismo é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica.

Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo produzido em cada veículo. Consequentemente, não se pode falar de uma correspondência de visões entre o jornalismo e a percepção individual, mas antes de uma *simulação* desta correspondência.

É a partir dessa simulação que surge propria-

mente um gênero de conhecimento, pois enquanto se tratar da relação imediata dos indivíduos com os fenômenos que povoam o cotidiano, da experiência sem intermediação técnica ou racional instituída sistematicamente, o que temos é realmente a percepção. Ou, na acepção de Genro Filho, um grau determinado de conhecimento, um nível de abstração elementar. (Genro Filho, 1989:58).

No Brasil, as discussões sobre jornalismo como forma de conhecimento, teve início com os primeiros estudos de Nilson Lage, e posteriormente foram desenvolvidas por Adelmo Genro Filho, que vislumbrou uma lacuna epistemológica para esta construção.

Os fenômenos de interesse do jornalismo estão relacionados com o cotidiano. A construção da realidade fracionada, a partir de uma ótica determinada e parcial, no telejornalismo dá forma à interpretação da notícia passada ao público. Dependendo da forma como se oferecem ao telespectador as condições para o desenvolvimento da interpretação dos fatos e informações apresentadas, pode-se estar atuando no sentido de atuar de forma ética e responsável para a formação e exercício da cidadania.

De outra forma, pode-se inserir o telejornalismo como meio para mascarar o real, distorcer as ocorrências, omitir informações, mesmo mostrando o que acontece, ou mesmo interferir na realidade.

A banalização da informação pelo uso excessivo das técnicas de produção jornalística na TV, resultando em notícias e reportagens rápidas e plasticamente bem feitas sem o tempo necessário para o entendimento do assunto tratado, ou das informações passadas em grande quantidade, pode fazer com que o público em geral consuma os conteúdos transmitidos de maneira acrítica, sem analisar o que foi recebido, e ficando sem saber o que aquilo realmente significa.

## Referências Bibliográficas

- Barbosa Filho, A.; Castro, C. & Tome, T. (orgs.) (2005). *Mídias digitais, convergência e inclusão social*. São Paulo: Paulinas.
- Barros Filho, C. de (1995). *Ética na comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1998). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.

- Bezerra, W. (1999). *Manual do telespectador insatisfeito*. São Paulo: Summus.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bucci, E. (1997). *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Jinkings.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Charon, Y. (s.d.). *A entrevista na televisão*. Mem Martins/Portugal: Editorial Inquérito.
- Christofoletti, R. & Motta, L. G. (2008). *Observatórios de mídia: olhares de cidadania*. São Paulo: Paulus.
- Dantas, A. (org.) (1998). *Repórteres*. São Paulo: SENAC.
- Fausto Neto, A. (1995). *O impeachment da televisão – como se cassa um presidente*. Rio de Janeiro: Diadorim.
- Freire Filho, J. (2005). Memórias do mundo cão: 50 anos de debates sobre o “nível” da TV no Brasil. In M. Bounanno & M. I. V. de Lopes (org.), *Comunicação social e ética*. São Paulo: Intercom.
- Genro Filho, A. (1989). *O Segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Ortiz.
- Gomes, M. R. (2003). *Poder no jornalismo*. São Paulo: Edusp.
- Gomes, W. (2010). Democracia digital. Que democracia?. In L. F. Miguel & F. Biroli, *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec.
- Hamilton, F. A. (2001). Monitorando telejornais: desafios e perspectivas. In V. A. de Lima, *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Hoineff, N. (1991). *Jornalismo eletrônico ao vivo*. São Paulo: Vozes.
- José, E. (1996). *Imprensa e poder: ligações perigosas*. Salvador: EDUFBA.
- Karam, F. J. (1997). *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus.
- Kunczik, M. (1997). *Conceitos de jornalismo norte e sul: manual de comunicação*. São Paulo: EDUSP.
- Machado, A. (2000). *A televisão levada a sério*. São Paulo: SENAC.
- Maciel, P. (1995). *Jornalismo de televisão*. Porto Alegre: Sagra.
- Marcondes Filho, C. (1985). *Política e imaginário nos meios de comunicação para massas no Brasil*. São Paulo: Summus.
- Marcondes Filho, C. (1988). *Televisão: a vida pelo vídeo*. São Paulo: Moderna.
- Martín-Barbero, J. & Rey, G. (2001). *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: Senac.
- Meditsch, E. (1992). *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Novaes, A. (org) (1991). *Rede imaginária – televisão e democracia*. São Paulo: Editora Scwarcz.
- Silva, C. E. L. da (1985). *Muito além do jardim botânico*. São Paulo: Summus.
- Somma Neto, J. (2007). *Ações e relações de poder: a construção da reportagem política no telejornalismo paranaense*. Curitiba: EDUFPR.
- squirra, S. (1990). *Aprender telejornalismo – produção e técnica*. São Paulo: Brasiliense.
- Szpacenkopf, M. I. O. (2003). *O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Thompson, J. B. (2002). *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes.
- Traquina, N. (2004). *Teorias do jornalismo. Porque as notícias são como são*. Florianópolis: EDUFSC.
- Tuchman, G. (1983). *La producción de la noticia*. Ciudad de México: Ediciones G. Gilli.
- Whittemore, H. (1990). *CNN: a história real*. São Paulo: Editora Best Seller.
- Wolton, D. (1996). *Elogio do grande público*. São Paulo: Ática.